

## A RECUPERAÇÃO DA ECONOMIA PARANAENSE: ALGUMAS EVIDÊNCIAS ESTATÍSTICAS

*Gilmar Mendes Lourenço*

A profunda e prolongada recessão econômica, que assolou o Brasil a partir de 2014, afetou substancialmente a dinâmica de negócios no Estado do Paraná. Enquanto o produto interno bruto (PIB) do País recuou -6,8%, entre 2014 e 2016, o regional caiu -7,0%, fruto do clima depressivo no plano nacional, ampliado localmente pelos efeitos multiplicadores de duas quebras de safras agrícolas.

De fato, a produção de grãos caiu, no território paranaense, -1,4% e -5,6%, em 2014 e 2016, respectivamente, evento que, ao lado do declínio das cotações globais das commodities alimentares, motivado essencialmente pela desaceleração da demanda chinesa, provocou enorme diminuição dos fluxos de renda das cadeias produtivas articuladas ao setor rural.

No entanto, o processo de recuperação dos níveis de atividade, em curso notadamente no Brasil a partir do segundo trimestre de 2017, ligado à melhora do comércio externo e ao alargamento da previsibilidade, ensejado pela consistente descida da inflação e dos juros, se reproduziu com maior intensidade na base produtiva regional.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) apontam variação de 0% do PIB brasileiro e 1,6% do paranaense, no primeiro semestre de 2017. Para o ano fechado, as projeções do Banco Central (BC) e IPARDES indicam incremento de 0,7% para a principal grandeza macroeconômica do País e de 1,4% para a estadual.

A melhor performance da matriz econômica local *vis a vis* a nacional deriva da combinação de três elementos virtuosos, com preponderância do agronegócio. A quantidade colhida de grãos no Estado deve passar de 42,0 milhões de toneladas em 2017, representando cerca de 18,0% do total nacional e um acréscimo de 19,0% em relação ao volume de 2016 e de 12,0% em confronto com o recorde observado em 2015.

*A indústria do Paraná  
apresentou o segundo  
melhor desempenho do  
País em 2017.*

Isso é particularmente expressivo em um cenário de reação da demanda e dos preços internacionais, em razão do estancamento do desaquecimento da economia da China, cujo PIB deve crescer quase 7,0% no corrente ano, de acordo com projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI). O índice de preços de alimentos, apurado pela FAO, situou-se, em setembro de 2017, 8,8% e 10,4% acima da média calculada para 2015 e 2016, respectivamente, mesmo ficando -7,8% abaixo da média histórica levantada desde 2010.

A produção fabril paranaense cresceu 5,1% entre janeiro e setembro de 2017, conforme o IBGE, contra incremento de 1,6% da média do País, constituindo o segundo melhor desempenho, dentre os quatorze estados acompanhados pela instituição nacional, ficando atrás apenas do Pará, que registrou expansão de 9,8%, impulsionada exclusivamente pelo ramo extrativo (12,9%), especificamente minério de ferro em bruto ou beneficiado. (Tabela 1).

TABELA 1 - BRASIL – PRODUÇÃO INDUSTRIAL - RESULTADOS REGIONAIS - SETEMBRO DE 2017

| Locais            | Variação (%)      |                   |                     |                    |
|-------------------|-------------------|-------------------|---------------------|--------------------|
|                   | Set.2017/Ago.2017 | Set.2017/Set.2016 | Acumulado Jan.-Set. | Acumulado 12 Meses |
| Amazonas          | -1,1              | 6,8               | 2,5                 | 1,6                |
| Pará              | 2,0               | 13,2              | 9,8 (1º)            | 9,2                |
| Região Nordeste   | -2,0              | -1,3              | -0,9                | -1,1               |
| Ceará             | -1,1              | 3,3               | 1,6                 | 0,5                |
| Pernambuco        | -2,5              | -4,1              | -0,1                | -0,1               |
| Bahia             | -1,1              | 4,7               | -2,9                | -4,1               |
| Minas Gerais      | -0,4              | -0,8              | 1,6                 | 0,3                |
| Espírito Santo    | -3,0              | -2,7              | 3,0                 | 0,4                |
| Rio de Janeiro    | 8,7               | 11,3              | 2,8                 | 2,9                |
| São Paulo         | 1,3               | 5,0               | 2,0                 | 0,9                |
| Paraná            | 0,2               | 8,9               | 5,1 (2º)            | 4,6                |
| Santa Catarina    | 0,2               | 2,4               | 3,6                 | 2,5                |
| Rio Grande do Sul | -1,0              | -5,0              | 0,9                 | 0,5                |
| Mato Grosso       | -                 | 4,5               | 2,1                 | -0,3               |
| Goiás             | 2,1               | 7,3               | 2,4                 | -0,5               |
| Brasil            | 0,2               | 2,6               | 1,6                 | 0,4                |

FONTE: IBGE

Dez dos treze segmentos pesquisados no Paraná exibiram resultados positivos, com ênfase para máquinas e equipamentos (52,0%) e veículos automotores, reboques e carrocerias (16,6%), ou, mais precisamente, máquinas colheitadeiras e tratores agrícolas, e automóveis, respectivamente.

Em idêntico intervalo de tempo, conforme o IBGE, o volume de vendas do comércio varejista subiu 3,6% no Estado, versus variação de 2,7% no País, puxado por equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicações (18,8%), combustíveis e lubrificantes (17,2%) e materiais de construção (16,8%).

De seu turno, o volume dos serviços prestados, também obtido por inquérito do IBGE, acusou aumento de 4,4% no Paraná, nos primeiros nove meses de 2017, diante de encolhimento de -3,7% para a média brasileira. Trata-se do segundo maior acréscimo do País, perdendo somente para Mato Grosso (7,4%), e ancorado em serviços prestados às famílias (16,7%) e transportes, serviços auxiliares e correios (14,2%).

No que se refere ao mercado de trabalho, o Paraná expressou desemprego de 8,5% da população economicamente ativa (PEA), contra 12,4% da PEA para a média nacional, estimada pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua, do IBGE, para o terceiro trimestre de 2017. Com isso, o Estado apresentou a quarta menor desocupação, junto com Mato Grosso do Sul, atrás de Santa Catarina (6,7%), Mato Grosso do Sul (7,9%) e Rio Grande do Sul (8,0%), como apresentado na tabela 2.

TABELA 2 - BRASIL – TAXA DE DESOCUPAÇÃO, SEGUNDO UNIDADES DE FEDERAÇÃO - 2017

| Unidades da Federação | Taxa de desocupação (%) |             |                |
|-----------------------|-------------------------|-------------|----------------|
|                       | janeiro-março           | abril-junho | Julho-setembro |
| BRASIL                | 13,7                    | 13,0        | 12,4           |
| Bahia                 | 18,6                    | 17,5        | 16,7           |
| Ceará                 | 14,3                    | 13,2        | 11,8           |
| Pernambuco            | 17,1                    | 18,8        | 17,9           |
| Rio de Janeiro        | 14,5                    | 15,6        | 14,5           |
| Espírito Santo        | 14,4                    | 13,4        | 13,0           |
| Minas Gerais          | 13,7                    | 12,2        | 12,3           |
| São Paulo             | 14,2                    | 13,5        | 13,2           |
| Distrito Federal      | 14,1                    | 13,1        | 12,3           |
| Goiás                 | 12,7                    | 11,0        | 9,2            |
| Mato Grosso do Sul    | 9,8                     | 8,9         | 7,9 (2º)       |
| Paraná                | 10,3                    | 8,9         | 8,5 (4º)       |
| Santa Catarina        | 7,9                     | 7,5         | 6,7 (1º)       |
| Rio Grande do Sul     | 9,1                     | 8,4         | 8,0 (3º)       |

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua mensal

Já a subutilização da força de trabalho, que engloba desemprego aberto (procura por trabalho nos últimos 30 dias), jornada insuficiente e desalento, chegou a 16,0% da PEA, a quarta menor do País (23,8%, ou 26.8 milhões de pessoas), atrás de Santa Catarina (10,9%) e Mato Grosso (14,8%) e Rondônia (15,5%).

O Estado também respondeu por 11,5% dos 302,2 mil empregos líquidos com carteira assinada, gerados no País entre janeiro e outubro de 2017, conforme levantamento do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho. 41,7% dos postos formais no Paraná foram proporcionados pelo ramo de serviços, sobretudo ensino, alojamento e alimentação; e 31,4% pela indústria têxtil, do vestuário e de alimentos.

Além dos indiscutíveis impactos do agro, a arrancada da economia paranaense pode ser imputada, embora de maneira acessória, à maturação parcial da diversificada carteira de mais de R\$ 40,0 bilhões de investimentos industriais privados, nacionais e multinacionais, atraídos para o Estado entre 2011 e 2014, no âmbito do programa Paraná Competitivo.

Igualmente com interferência marginal emergem os desdobramentos do ajuste fiscal promovido pelo executivo estadual, desde 2015, a despeito de demasiadamente amparado na elevação de impostos, o que assegurou algum fôlego financeiro ao tesouro estadual.

Rigorosamente houve ampliação das alíquotas do ICMS e do IPVA e alterações nas regras previdenciárias que permitiram a transferência de mais R\$ 2,0 bilhões do pecúlio dos servidores ao tesouro (Lei 18.469/2015). Mais recentemente aconteceu a antecipação de receitas do ICMS junto às grandes empresas contempladas nos programas de incentivos fiscais estaduais.

*O Estado respondeu por 11,5% dos 302,2 mil empregos líquidos com carteira assinada, gerados no País entre janeiro e outubro de 2017.*

Com isso, o Paraná ostenta a terceira menor relação dívida/receita corrente líquida (RCL), ou posição de 19,41%, inferida pelo BC para setembro de 2017, atrás de Espírito Santo (6,2%) e Mato Grosso (16,6%), versus a condição dramática revelada pelas instâncias do Rio de Janeiro (151,7%), Rio Grande do Sul (127,1%), São Paulo (111,5%) e Minas Gerais (109,9%).

O esforço fiscal torna-se mais visível quando se examina as necessidades de financiamento do setor público estadual, que exprimiu o quinto maior superávit primário da federação, em doze meses encerrados em agosto de 2017, sendo 3,1% da RCL, suplantado apenas por São Paulo (4,4%), Ceará (4,3%), Pernambuco (3,6%) e Mato Grosso do Sul (3,4%).